

# UM REPTO PRAGMÁTICO À PSICANÁLISE LACANIANA: EXPOSIÇÃO E DISCUSSÃO DE UM ARGUMENTO CRÍTICO DA SUA CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM<sup>1</sup>

(A pragmatic provocation to the Lacanian Psychoanalysis: presentation and discussion of a critic argument of its conception of language)

José Francisco Miguel Henriques Bairrão  
USP-RP

**Resumo:** Segundo Vincent Crapanzano, apenas uma concepção de linguagem e particularmente dos pronomes pessoais indicial possibilitaria compreender criticamente o solo em que se enraizam as psicologias e refletir o sujeito num nível pré-psicológico, necessário para aplicar adequadamente a psicanálise ao estudo de idiomas culturais que referem o sujeito fora de enquadres psicológicos ocidentais. O autor imputa a Freud e a Lacan modelos de linguagem insuficientes, incapazes de darem conta dessa tarefa, na medida em que abririam caminho à suposição de momentos de suspensão dialética da produção do eu e do outro como pretensas entidades não lingüísticas (ilusão que fundamentaria e reforçaria todo o entendimento cultural do sujeito como tendo evoluído ou se desenvolvido em direção a uma entidade psíquica objetiva). Concepções semântico-referenciais de linguagem, tais como as que atribui a Freud e a Lacan, ligar-se-iam a uma tradição de transcendência do discurso. Se isso for verdade, o empenho lacaniano em pensar a noção de sujeito fora do âmbito psicológico e em abordar o inconsciente numa perspectiva 'pré-ontológica' (conforme a tese de que há sujeito onde houve ser) estará comprometido. Neste artigo o argumento de Crapanzano é esmiuçado e discutido.

**Palavras-Chave:** Psicanálise Lacaniana, Sujeito, Pragmática, Filosofia da Psicologia

**Abstract:** According to Vincent Crapanzano, only one conception of language, particularly that of indexical personal pronouns, would permit to critically understand the ground in which psychologies are rooted as well as to reflect the subject in a pre-psychological level, necessary to properly apply psychoanalysis to the study of cultural languages which can refer the subject outside of the western psychological frameworks. The author imputes insufficient language models to Freud and to Lacan, incapable to handle such a task, once they allowed the supposition of moments of dialectic suspension for the production of the I and the other as supposed non-linguistics entities (illusion that would found and reinforce the whole cultural understanding of the subject as having evolved or developed towards an objective psychic entity). Referential-semantic conceptions of language, such as attributed to Freud and to Lacan, would be connected with a transcendent tradition of the speech. If this is true, the Lacanian determination to think the notion of subject out of the psychological scope and to deal with the unconscious in a pre-ontological perspective (according to the thesis that there is a subject where there was a being) will be compromised. In this article Crapanzano's argument is scrutinized and discussed.

**Key-words:** Lacanian Psychoanalysis, Subject, Pragmatics, Philosophy of Psychology

*Em que extensão o nosso entendimento da linguagem é uma reflexão da experiência de nós mesmos e do mundo? Em que extensão o nosso entendimento da linguagem provê o modelo para a articulação da nossa condição humana? Para criar a nossa condição? Estas questões repetem a verdadeira questão que fazemos a respeito da ligação entre o símbolo e o simbolizado*  
(Crapanzano 1992, p. 222).

## Introdução

Vincent Crapanzano procede a uma crítica à concepção de linguagem adotada pela psicanálise (mais especificamente, por Freud e Lacan). Desenvolve um argumento que nunca ataca o foco clínico da intervenção e análise, mas pondera que a filosofia da linguagem subjacente às elaborações destes psicanalistas criaria dificuldades desnecessárias ao seu trabalho

interpretativo e compromissos desnecessários com concepções de mundo etnocêntricas e psicologias regionais. No caso específico de Lacan, contribuiria ainda para uma parcela da obscuridade aparente em seus textos.

O seu argumento merece atenção por vários motivos. Em primeiro lugar pode-se indagar legitimamente se alguma filosofia da linguagem, ponto obviamente impensado ou descuidado por estes autores, pelo menos por Freud, pode ter tanta relevância e impacto nas suas concepções, que aparentemente teriam compromissos com outras regiões do conhecimento. Em segundo lugar interessa ponderar a tese de que tal modelo seria limitante do alcance eficaz da psicanálise e da sua acuracidade interpretativa.

Há ainda interesse em dar crédito e levar a sério este desafio, que bem pode ser descrito como um repto pragmático à psicanálise lacaniana, em princípio pela natureza do argumento, de certo modo inesperada, na medida em que Lacan dedicou-se a um grande esforço de pensar a psicanálise com base em modelos lingüísticos para se dissociar do viés psicológico (Lacan 1966). A dar-se crédito à tese, em última instância esse esforço teria fracassado: a concepção de linguagem de que parte, se não o devolve manifestamente a uma psicologia, também não o isentaria de compromissos com uma mítica ocidental e de vínculos com uma ontologia e concepção de mundo condicionadora de certo tipo de psicologias (ver-se-á adiante que isso, em si mesmo, não pode ser tomado como um problema).

Deve-se levar em conta igualmente a qualidade do interlocutor e o fato de proceder ao ataque não exclusivamente com base em preferências especulativas ou filiações doutrinárias (que existem), mas com o cartaz de ser um ‘aplicador’ ou ‘usuário’ experiente e competente da psicanálise em situações da sua aplicação a contextos sócio-culturais. As suas teses epistemológicas embasam-se em sólida experiência empírica e competente trabalho analítico e de campo, no qual com brilho aplicou a psicanálise à interpretação de dados etnográficos. Ponto este que sublinha o seu interesse e importância como interlocutor para qualquer tentativa de, uma vez superada a restrição da psicanálise e mais especificamente do sujeito e do inconsciente ao psíquico, trabalhar na direção de ampliar a uma escala social a escuta do inconsciente, sem projeções abusivas nem violências interpretativas generalizantes e autoritárias (ou seja, dar ouvidos à risca ao sujeito, para sempre emancipado da sua restrição ao ‘mundo das representações’).

Nessa direção, de entre as diversas ciências humanas, a antropologia, dado o destaque que confere à alteridade e à cultura (ao simbólico, lato senso), surge como uma parceira privilegiada da psicanálise, embora não raramente a última ostente indiferença perante merecidas provocações que lhe são dirigidas pela primeira, inclusive habitualmente ignorando a própria literatura psicanalítica que se dignou lhes responder (Crapanzano 1992, p. 138).

O interesse em examinar com seriedade o argumento deste autor igualmente se acentua pelo fato de Crapanzano não se incluir entre aqueles que reduzem a distância entre o campo antropológico e o psicanalítico, adotando pura e simplesmente a psicanálise como modelo de interpretação aplicável à etnografia ou propugnando alguma antropologia psicanalítica.

### **Psicanálise e Antropologia**

Dada a guinada lacaniana em direção ao semiótico, impulsionada pela impossibilidade de preservar a noção de inconsciente no quadro de uma psicologia científica, não há razão para restringir o uso da psicanálise ao psicológico, podendo se ampliar o seu alcance social.

Crapanzano traz água ao moinho desta tese, embora inicialmente o faça sem muita clareza (há um tom psicológico nas suas primeiras análises). Mas o mais interessante é que o que o corrige, ao contrário de Lacan, não são razões de ordem epistemológica, mas a inépcia, a falta de acuracidade dos resultados obtidos por meio da sua aplicação à análise de sujeitos culturalmente situados em outros contextos:

... Afastei-me de uma primária – potencialmente reductiva – compreensão psicanalítica para uma irônica, que reconhece a especificidade histórica e cultural do conhecimento psicanalítico e

reconhece nosso – o ocidental, o meu próprio – encarceramento no idioma do qual esse conhecimento deriva (Crapanzano 1992, p.11).

A torção semiótica da abordagem do inconsciente impulsionada por Lacan criou de fato uma plataforma favorável ao encontro das disciplinas na direção de desenvolver uma teoria da interpretação que leve em conta uma função agente, inobjetivável.

Tanto em antropologia como em psicanálise é necessário enfrentar o desafio de pensar um agente não redutível a função ou objeto, seja este psíquico ou não.

Os mal-entendidos entre psicanalistas e antropólogos sobre a universalidade do complexo de Édipo, por exemplo, poderiam ser reconsiderados mediante a troca da relação entre figura e fundo entre Pai e Morte, sugerida mas não avançada explicitamente por Lacan (Bairrão 2006). Outro ponto de possível diálogo é a temática da possessão, que tem sido abordada principalmente por antropólogos, mas que se constitui num laboratório ‘empírico’ interessante para uma reflexão sobre a alteridade não presa aos escombros do psicologismo e da representação (Lacan 1986).

Nos termos de Crapanzano, ele próprio uma referência clássica nesse campo:

O interesse antropológico nas vias pelas quais o que **nós** chamaríamos de realidade psicológica está articulado em outras culturas confronta-nos com um dos problemas etnográficos mais instigantes. Muito daquilo que nós no Ocidente chamamos de psicológico e localizamos em alguma espécie de espaço interno (“na cabeça”, “na mente”, “no cérebro”, “na consciência”, “na psique”) é entendido em muitas culturas em termos manifestamente não psicológicos e localizado em outros “espaços”... Os símbolos, metáforas, e outras figuras que são utilizados para descrever essa realidade são diferentes daqueles da nossa cultura e articulam-se diferentemente. Declarar tais articulações inadequadas, como alguns pensadores ocidentais (Hallpike 1979, implicitamente) fizeram, é, a meu ver, uma intolerável arrogância cultural. Reduzir tais articulações, como muitos psicanalistas fizeram, a alguma espécie de mecanismo projetivo dos dados estabelecidos da composição psicológica é perpetuar um sistema de pensamento e ignorar, se não a real possibilidade de variação humana, a variação na expressão humana. Aceitar a possibilidade de tais variações provê, acredito, um *provisório e sempre incompleto* campo para a auto-reflexão, que não pode ser obtido internamente (Crapanzano 1992, p. 142-3).

Como não se trata de um problema fácil, Crapanzano não faz coro aos colegas que pura e simplesmente atacam ou criticam o etnocentrismo da psicanálise, sem olhar para o próprio umbigo. Questiona a legitimidade de um ponto de vista antropológico crítico da determinação cultural da psicanálise, como se a linguagem da psicanálise e a crítica a ela não proviessem da mesma cultura e portanto não estivessem presas ao mesmo recinto.

A sua crítica à concepção de linguagem psicanalítica lacaniana, portanto, não deve ser vista exclusivamente como um ataque à psicanálise, mas muito mais como uma tentativa de a repensar de modo a alcançar maior apoio para o exercício de uma tarefa crítica e epistemológica que é um desafio comum a ambas as disciplinas.

Haveria um traço da nossa cultura, a busca de uma posição narrativa onisciente, que induziria a psicanálise, enquanto produto cultural nela inserido, a uma compreensão equívoca dos processos idiomáticos. Pelo contrário, advoga que não poderia haver verdadeiramente nenhum ponto de observação externo vantajoso, nenhum ego transcendental:

Apenas pode haver a evocação de tais transcendências, as quais devem ser vistas como possibilidades internas à natureza envolvente da nossa linguagem. Tais possibilidades são facilitadas pelas nossas peculiares convenções narrativas (o narrador onisciente, ou para este assunto, o leitor), por nossas teologias (uma divindade onisciente, ela mesma talvez uma refração da nossa presunção narrativa) e por tropos como o do viajante e o do antropólogo (Crapanzano 1992, p. 142).

À crítica crapanzaniana não importa opor psicanálise e antropologia. Nenhuma perspectiva ou argúcia interpretativa permitiria uma ascensão de uma sobre a outra, posto que o que está em jogo é algo que nenhuma de per si pode solucionar:

Certa vulnerabilidade caracteriza todos os atos de interpretação. Ela não resulta, entretanto, da ação ou da confrontação com o opaco, o intransigente, o obtuso, mas da problematização do mundo do intérprete, tomado como garantido (Crapanzano 1992, p. 147).

A questão da negociação do mundo dos intérpretes (o desejo de Hamlet), tão ressaltada por Crapanzano como o verdadeiro âmago do trabalho interpretativo (o dilema de Hermes), e um certo cunho agonístico da situação clínica e do trabalho etnográfico nada têm a ver com o encontro inter-subjetivo entre agentes devida e seguramente constituídos. Estão em confronto não duas interioridades psicológicas, mas realidades em processo de revisão mútua. A única vantagem do analista não é o que sabe, mas o traquejo e disposição para correr o risco de lidar com o não saber.

Está em jogo uma epistemologia da interpretação e o seu repto prende-se a um desafio no sentido de suprir a dificuldade de dar conta de problemas limites da prática interpretativa e não a uma tomada de partido entre disciplinas hermenêuticas. É nesta perspectiva de contribuição para o refinamento do arsenal interpretativo psicanalítico, tornado deficiente por uma má concepção de linguagem, que entendo deva ser lida a sua crítica.

### Argumento

Crapanzano caracteriza os modelos de linguagem psicanalíticos, que considera insuficientes, como semântico-referenciais (Crapanzano 1992, p. 131). Segundo ele, a orientação da prática interpretativa psicanalítica induziria à busca de referentes simbólicos internos, conforme o modelo freudiano consagrado pela *Interpretação dos Sonhos*, e nisso segue embutido um modelo referencial de linguagem (Crapanzano 1992, p. 152): a fabricação de representações e o apego a nomeações substantivantes do que, em princípio, poderia ser tratado de outra forma, mais rente ao acontecido.

Por semântico-referencial eu entendo aquela dimensão (intensional) ou função de uma sentença onde o significado na totalidade, mas de maneira trivial, independe do seu contexto intra e extra lingüístico (Crapanzano 1992, p. 15).

Em contrapartida,

O pragmático ou indicial refere-se à dimensão (extensional) ou função de um enunciado onde o significado depende do seu contexto intra e extra lingüístico (Crapanzano 1992, p. 15).

É claro que do ponto de vista psicanalítico os limites entre o intra e o extralingüístico, ou se se preferir entre o simbólico e o real, nem sempre serão tão claros como uma ciência da linguagem os poderia caracterizar. Mas a opção de Crapanzano em adotar a noção de idioma cultural como relativa a um simbólico mais abrangente do que o estritamente lingüístico deixa claro que não está desatento a esta questão.

O autor sublinha que emprega semântico-referencial (que identifica ao simbólico, embora não exatamente na mesma acepção de Lacan), de uma maneira mais ampla do que a da lingüística científica (p. 329). Espera que esse uso mais extenso deixe às claras a facilitação lingüística para a produção não apenas de psicologias, como de ontologias, e contribua para proceder à sua crítica epistemológica:

O privilégio do significado semântico liga-se bem com uma tradição epistemológica de um Além, que remonta pelo menos a Sócrates, que dava preferência a um conhecimento puro, descontextualizado ou descontextualizável (Crapanzano 1992, p. 15).

No seu entender, “Lacan e os seus seguidores, com algum desconforto, aceitam um modelo de linguagem essencialmente saussuriano” (Crapanzano 1992, p. 146) e este, naturalmente, está totalmente enredado numa concepção de linguagem simbólica (semântico-referencial). Cita o psicanalista e a sua tradução para o inglês:

O indivíduo nasceu num mundo de palavras – na ordem simbólica, como Lacan o diria – que faz dele o que ele é. “O homem fala, mas é porque o símbolo o fez homem” Lacan 1966: 276. Aqui, na linguagem, como Lacan a compreende, “o que domina é a unidade da significação que estabelece a si mesma como nunca se tornando resolvida numa pura indicação do real, mas sempre como se referindo a outro significante. Isto é dizer que, se a significação apreende as coisas, é somente por constituir o seu conjunto envolvendo-o no significante. (Wilden, 1968 12n). O *aprob* de Lacan ao significado é totalmente diacrítico e, apesar de protestos ocasionais, essencialmente referencial na orientação (Crapanzano 1992, p. 86).

Crapanzano partilha com Lacan um ponto crucial. Não vê problemas em admitir que “Palavras não necessariamente significam o que se pensa (convencionalmente) que signifiquem...” (1992, p. 87).

Mas o verdadeiro ponto, no caso, não se prende à ausência de um referente óbvio, ou mesmo à idéia da substituição de todo o referente pela ‘falta’ ou por um significante da ‘falta’. O problema é outro:

As palavras podem, sugiro, também dar a ilusão de referência onde não há referência, ou apenas um potencial referencial atenuado (como no caso dos pronomes indiciais a respeito dos quais tenho escrito) (Crapanzano 1992, p. 87).

O que aqui é intrigante é que uma psicanálise e reflexão sobre a linguagem e sujeito que desde a guinada propriamente psicanalítica, ou da torção semiótica, se se preferir, se dedicou exaustivamente a apontar a perda do referente e a dizer que as coisas significadas sempre podem estar no lugar de outras coisas e mesmo estar definitivamente vazio ou perdido o lugar de uma referência objetiva, apenas havendo lugar para a instanciação de um agente desiderante, um sujeito, não possa ter sido o suficiente para contrariar, mesmo por parte de um leitor qualificado, a tradição de supor, subjacente ao significante como lugar-tenente do sujeito, a sua reificação na forma de alguma entidade psicológica e a remissão de termos como pronomes pessoais, necessariamente, a nomes próprios que nomeiem tais ‘entidades’ extralingüísticas.

Haverá aqui um mal-entendido relativamente ao sentido geral da obra lacaniana, ou de fato um descompasso entre esta e o modo como na compreensão da linguagem privilegiaria a metáfora (o simbólico por excelência) e teria dificuldade para pensar a fronteira com o extra-simbólico (o indicial, o metonímico, virado para fora do “sistema”, deslizando pelas “aberturas” da estrutura).

No fundo Crapanzano move-se pelo mesmo interesse lacaniano em dar conta da agência enquanto tal (alguém, irreduzível a alguma coisa) e de concretizá-la linguisticamente, um tanto ingenuamente privilegiando, na sua argumentação, uma análise dos pronomes pessoais (primeira e segunda pessoa):

Tomados como índices da instância do discurso, a primeira e segunda pessoa dos pronomes pessoais são eles mesmos, embora funcionalmente significantes, referencialmente ociosos (Crapanzano 1992, p. 84).

O autor discorre sobre outras funções dos pronomes pessoais, sobre a sua natureza anafórica (Crapanzano 1992, p. 85) e sobre a possibilidade de deslizar por dentro do discurso, encontrando correspondentes intradiscursivos,<sup>2</sup> mas nega peremptoriamente a necessidade de terem de se ancorar em nomes.

Infelizmente, a nossa cultura poderia ter induzido, aparentemente, a própria psicanálise, a incorrer nesse engodo de compreender os pronomes pessoais da primeira e da segunda pessoa equivocadamente, de maneira tal que sua referência final pode ser concebida como um nome, e especificamente como um nome próprio.

Crapanzano indaga se

... há algum sentido em perguntar a quem um eu se refere? Pode-se apontar para um eu? Ou está-se sempre apontando para um mim? Podemos apontar um sujeito, uma pessoa, um personagem, um eu em certas das suas concepções não corporais? Será que as nossas questões positivam uma

realidade imaginária? É a realidade mais do que um artefato da nossa linguagem? (Crapanzano 1992, p. 85).

Para logo responder:

Eu sugiro que as caracterizações do *self* e do outro são essencializações de *Gestalten* pragmáticas, cujas fundações dialógicas são negadas (Crapanzano 1992, p. 22).

Uma vantagem do seu enfoque é nunca abstrair uma dualidade ou alteridade real, muitas vezes omitida clinicamente e reduzida a conceito abstrato, em plagas institucionais lacanianas.

O confronto empírico entre enunciadores discursivos distintos, muitas vezes porta-vozes de realidades distintas e impelidos por desejos diversos nunca é atenuado ou disfarçado em alusões ao cunho evocativo da linguagem, como se isso pudesse aliviar ou refractar a natureza fundamentalmente agonística do diálogo.

Pelo contrário, a valorização desse confronto, que de algum modo o induz a ser menos crítico da natureza comunicacional da linguagem (embora sem nenhuma garantia de transmissão de um conteúdo), é fundamental do ponto de vista da recuperação do risco inerente ao labor interpretativo:

Diálogos, independentemente do seu assunto, são sempre dramas de autoconstituição (Crapanzano 1992, p. 130). [Conforme o autor,] A psicanálise pode ser compreendida, embora não precise sê-lo, como um drama de autoconstituição, mascarado simbolicamente por biografia e revelado indicialmente por, entre outras coisas, a afirmação do passado no presente (1992, 135).

O recuo perante a atualidade agonística do confronto, tanto num contexto clínico como no trabalho etnográfico, difere o trabalho interpretativo numa análise mortíça de textos, em que relações de poder e o silenciamento do diferente para valer se sobrepõem ao encontro efetivo com o outro.

Este tom ético não obsta a que admita que além do acontecimento dialético propriamente vivo outras coisas se produzam como seus subprodutos. Esclarece:

Não nego a existência de suspensões no processo dialético. Podem ser entendidas em termos de uma internalização de figuras significantes ou imagens na biografia do sujeito; podem também ser concebidas nos termos de maior ou menor processo de maturação, como pontos da emergência inevitável de pontos de orientação arquetípicos culturalmente tangíveis, como uma resposta a tipificações condicionadas e a generalizações do outro, ou como alguma sorte de entropia psicofisiológica. Tais formulações – reconhecêmo-las como as nossas psicologias – servem para reforçar o nosso próprio entendimento cultural do *self*, como tendo evoluído ou se desenvolvido em direção a uma mais ou menos consistente, particular, perduradora entidade; a qual pode ainda ser sujeita a conflitos, cisões e fragmentação, assim como a amalgamação, coesão e crescimento. Aqui estou esforçando-me para discutir o *self*, à falta de melhor termo, num nível pré-psicológico; isto é, estou procurando uma formulação que nos capacite a compreender o solo das nossas psicologias e providenciar, se não uma meta-linguagem, pelo menos um ponto de vantagem não psicológico para o seu exame (Crapanzano 1992, p. 91-92).

A constituição atual do agente, fruto de um diálogo, embasaria os processos psicanalíticos da transferência e da contratransferência, a seu ver eminentemente indiciais.

... O potencial anafórico dos pronomes da primeira e segunda pessoa possibilita a autoconstituição do **self**, fenômenos transferenciais (ou pelo menos as suas análises, explícitas ou implícitas, lícitas ou ilícitas), discussões de identidade e a o empreendimento autobiográfico em si mesmo (Crapanzano 1992, p. 85-86).

Toda a encrenca pode estar neste empreendimento autobiográfico. Se for levado substancialmente a sério, como a recuperação de algo de substancialmente perdido, a análise deixará de se reportar ao acontecimento atual e aos seus efeitos que podem mudar o ser, remetendo a uma espécie de recuperação arqueológica (imaginária) de alguma coisa-sujeito perdida:

O modelo, tanto em antropologia quanto em psicanálise, é arqueológico. A sua metáfora predominante é a profundidade. Quanto mais profundo o significado, mais verdadeiro ele é. Os mais profundos referentes, especialmente em psicanálise, são poucos. A falta de uma hierarquia simbólica leva a que seus processos pragmáticos sejam recobertos... A interpretação simbólica, entendida referencialmente, recobre processos pragmáticos que não são entendidos como tais (Crapanzano 1992, p. 152)

Aparentemente encontramos aqui Crapanzano em sintonia com o Lacan que pensa a psicologia como um escamoteamento da ação humana (Bairrão 2003), porém apoiando-se numa concepção de linguagem pragmática, para dar suporte a uma tese relativamente semelhante:

Sugiro que os critérios segundo os quais tipificações ou caracterizações do self e do outro se baseiam referem-se menos a características ou traços inerentes e ‘essencializados’ referencialmente descritíveis do particular a ser tipificado, do que a características pragmáticas de transações verbais (e ao comportamento que as acompanha), nas quais o tipificante está acoplado ao tipificado (Crapanzano 1992, p. 95).

Esclarece: “Estou aqui lidando com aqueles atributos que descrevem características pragmáticas em termos caracterológicos” (Crapanzano 1992, p. 95).

A pragmática parece substituir aqui, com alguma precisão analítica, o que mais vagamente Lacan confiaria à ética: o papel de interditar uma redução do propriamente psicanalítico ao psicológico (Bairrão 2005). Endossa que “... as nossas psicologias fundam-se nas assumpções psicológicas do nosso idioma” (Crapanzano 1992, p. 71) e indaga:

Em que extensão é o nosso assunto - o *self* e o amontoado de conceitos associados: pessoa, personagem, personalidade, consciência, psique, sujeito e ego – um precipitado do nosso particular idioma cultural? (Crapanzano 1992, p. 71)

Sempre atento ao risco de reproduzir, intradiscursivamente, a substantivação que se visa obstar, agrega que ““Eu” não nomeia a subjetividade que ele constitui através do discurso. Refere simplesmente o enunciante numa determinada sentença” (Crapanzano 1992, p. 84).

Imediatamente antes afirmara que “A subjetividade, então, permanece na instância do discurso” (Crapanzano 1992, p. 84). E nesse caso provavelmente terá de se ampliar substancialmente a concepção de discurso para que possa comportar elementos irreduzíveis à linguagem verbal.

Talvez a insistência na tese de que haveria um problema na concepção de linguagem psicanalítica, por sua vez, não deixe claro que nem sempre o desafio é completamente bem descrito nestes termos.

Mas ainda assim o repto, heurísticamente, vale a pena, pois talvez permita aprimorar a interpretação numa direção mais atenta ao real e menos propensa, mesmo no âmbito do estritamente lingüístico, a permitir desvios reificantes do agente em alguma forma de entidade (ilusoriamente) translingüística.

Ainda assim, não valerá a pena referendar, sem mais nem menos, que a subjetividade permanece na instância do discurso, mas apenas reiterar que é apenas enquanto instância enunciante que ela se torna acessível à análise. Qualquer proposição sobre a subjetividade, entendida aqui como um modo de inferir um agente indicialmente, seria abusiva e pouco congruente com a linha de argumentação, tanto lacaniana como do próprio Crapanzano.

Certamente a subjetividade está na instância do discurso, mas nada além disso pode ser proposto, sob pena de a objetivar e contrariar a radicalidade do argumento crapanzaniano, restituindo a algum narrador absoluto os seus privilégios.

## Discussão

Será que Crapanzano tem razão e muitas passagens obscuras de Lacan são o resultado da sua insistência num modelo referencial de linguagem?<sup>3</sup>

Uma vez que o único substrato em psicanálise passa a ser o agente depreensível pela ação e que este se perde quando se substancializa, para sempre permanecendo em falta, Crapanzano leu mal ou o 'esotérico' Lacan não se fez entender?

Será a crítica de Crapanzano epistemologicamente justa, uma vez que o âmago do lacanismo é a questão da falta, a ausência de referente, que o põe em ruptura com o modelo saussuriano de linguagem e leva a uma produção de sentido sempre em movimento, dialética, a uma renúncia à psicologia e à idéia de que o mundo do intérprete e do interpretado estão sempre em jogo, sem privilégios autoritários, na relação analítica?

Mas não basta assim ser, tem de assim parecer, e em círculos lacanianos a apologia da falta transformou-a (ou o falo, que também falta), numa espécie de referente universal, vago e abstrato.

Muitas psicanálises, tal como etnografias (Lacan e Crapanzano de novo se encontram), têm dificuldade para discernir entre um conceito de emoção e a sua expressão (por exemplo), como se tudo, mesmo clinicamente, dependesse de designações. A análise vira um dispensário universal de nomes, de classificações, ou uma regulação semântica do mundo. Precisamente, semântico-referencial.

Neste quadro, mesmo que o referente fique perdido, distante, e a grande função da linguagem não seja tocar, acariciar, agredir ou atingir, ele fica lá no fundo, conforme os modelos arqueológicos, enterrado, perdido...

Poderia este descaminho ter sido desprevenido pela orientação filosófica do discurso lacaniano?

O fato é que a interpelação, repto pragmático, de Crapanzano presta-se a repor nos seus devidos lugares algumas coisas.

Em primeiro lugar, que descaminhos conceituais e clínicos requerem, ou pelo menos são mais facilmente diagnosticados, mediante reflexão epistemológica empiricamente calçada no ofício apurado de interpretar.

Em segundo lugar, chama a atenção para o fato de que a guinada semiótica pode ter induzido a um deslocamento da reificação do alguém agente, de entidade psíquica em conceito lingüístico, e será pouco útil se não for destacada a natureza fundamentalmente nunca referencial do sujeito e da psicanálise, mesmo no âmbito intra-discursivo.

Ou seja, contra quaisquer pretensões de um domínio de alguma ciência da linguagem sobre o sujeito psicanalítico, é imprescindível destacar que subjacente à psicanálise encontra-se uma concepção de significância ancorada na sua compreensão como ação significativa. É preciso ressaltar o seu cunho de performance e a sua natureza radicalmente não cognitiva.

Afinal o modelo semântico referencial de linguagem, tal como Crapanzano o apresenta, é intrinsecamente incompatível com a psicanálise lacaniana, na medida em que pode, ainda que frustradamente, ser estabelecido em analogia com uma relação cognitiva entendida como apreensão de um objeto.

Não se pode elidir que a semiótica psicanalítica deve radicalizar-se numa teoria da ação com sentido. Crapanzano estará coberto de razão se a psicanálise for entendida como lide com ações derivadas de sentidos inconscientes, em vez de como atenção a ações produtoras de sentido (em alguma medida inconsciente). No caso, ato não qualifica o significante (o simbólico). O insubstancial ato é que pode ser qualificado de simbólico. A arquitetura da significância deve antes ser tomada como temporal e actancial, do que como estrutural e referencial-orientada.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão revisada de comunicação proferida no XIII Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF. Auxílio FAPESP 2007/04368-1.

<sup>2</sup> Embora a primeira e segunda pessoa dos pronomes pessoais sejam indiciais, não necessariamente são *compreendidos* como tal. São entendidos como se estendendo além da instância do discurso, para outros prévios e futuros discursos. São, de algum modo, transcendentos (Crapanzano 1992, p. 85).

<sup>3</sup> A *béance*, para brincar com o termo lacaniano, entre referente e índice, proporciona-lhe espaço para muito do seu jogo de linguagem (Crapanzano 1992, p. 326).

### Referências Bibliográficas

- BAIRRÃO, José F. M. H. (2003) *O impossível sujeito: implicações da irreducibilidade do inconsciente*. São Paulo: Rosari
- \_\_\_\_ (2005) *O impossível sujeito: implicações do tratamento do inconsciente*. São Paulo: Rosari
- \_\_\_\_ (2006) “Função Paterna e Máscaras da Morte: Crítica antropológica e guinada lacaniana a propósito de um complexo polêmico”. In: *XII Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF: Livro de Atas*. Salvador : EDUFBA (pp. 287-288)
- CRAPANZANO VINCENT (1992) *Hermes’Dilemma and Hamlet’s desire: on the epistemology of interpretation*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press
- LACAN, Jacques (1966) *Écrits*. Paris: Éditions du Seuil
- \_\_\_\_ (1986) *Le Séminaire livre VII: L’Éthique de la psychanalyse*. Paris: Éditions du Seuil

Recebido em 15/03/2009  
Aprovado em 30/05/2009